



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Exorta-se o Governo a aproveitar este ano para elaborar o plano geral urbanístico e para concretizar o plano de recursos de solos, em articulação com os escalões para a aquisição de habitação por parte dos residentes de Macau

O Chefe do Executivo prometeu, publicamente, que iam ser definidos escalões para a aquisição, limitada às gentes de Macau, de habitação social, económica, e para a classe sanduiche, habitações para idosos e habitações privadas. A oferta de habitações privadas depende da procura no mercado livre, mas as habitações sociais, económicas, para a classe sanduíche e para os idosos têm de ser planeadas pelo Governo tendo em conta a quantidade de terrenos. O Governo da RAEM tem sublinhado que os terrenos dos novos aterros e os mais de 80 terrenos retomados são suficientes para a construção de habitação, e que o planeamento urbanístico geral está em fase de estudo. Em resposta a uma interpelação escrita, o Governo prometeu que ia aproveitar e planear, de forma adequada, os terrenos recuperados, e ter em conta as regras gerais de Macau e as políticas de habitação pública. O Governo da RAEM iniciou, este ano, os trabalhos de estudo e elaboração do plano director urbanístico, de acordo com as Linhas de Acção Governativa, pelo que deve concretizar, oportuna e atempadamente, as respectivas promessas, adoptando medidas concretas e adequadas. Apelo ao Governo da RAEM para, aquando da definição do planeamento urbanístico, na parte respeitante à oferta de terrenos, definir os referidos escalões para a aquisição de habitação.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. A definição do plano urbanístico geral está em fase de estudo. O Governo da RAEM deve, aquando da definição do aproveitamento de terrenos, proceder à



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

articulação com a promessa do Chefe do Executivo sobre a definição de escalões para a aquisição de imóveis, limitada aos residentes de Macau, nomeadamente, habitações sociais, económicas, para a classe sanduiche, para idosos e habitações privadas. O Governo concorda com a reserva de terrenos para o efeito?

2. Sem prejuízo das 28 mil habitações públicas já previstas na Zona A dos Novos Aterros Urbanos e na Avenida Wai Long, o Governo da RAEM deve, no âmbito dos estudos sobre o plano geral urbanístico, criar uma reserva de terrenos, composta pelos lotes retomados de grande dimensão (por exemplo, os 156 mil metros quadrados de terrenos, localizados perto da Avenida do Vale das Borboletas e da Avenida de Ip Heng), para a construção de habitação pública, assegurando, desse modo, oferta suficiente de terrenos para a construção continuada de habitações sociais, económicas e para a classe sanduíche, com aquisição limitada às gentes de Macau. O Governo vai fazer isso?

3. Quanto à elaboração do plano urbanístico geral, o Governo da RAEM deve estudar, quanto antes, a possibilidade de reservar terrenos já retomados nas zonas antigas, com ambiente adequado, para a construção de habitações públicas de pequena dimensão destinadas aos idosos. Vai fazê-lo?

22 de Fevereiro de 2021

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong**